# NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Caderno Nesp n 09.indb 1 01/11/2019 10:01:30

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP
Número 9: Na cidade: micropolíticas e modos de existência

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:
Frederico Santana Rick
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:
Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves

# NA CIDADE: MICROPOLÍTICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Adriana Maria Brandão Penzim
Robson Sávio Reis Souza
Claudemir Francisco Alves
Organização

Núcleo de Estudos Sociopolíticos
editora PUC Minas

Belo Horizonte
2019

Caderno Nesp n 09.indb 3 01/11/2019 10:01:30

© 2019 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Coordenador do Anima: Pe. Áureo Nogueira de Freitas

EDITORA PUC MINAS
Diretor: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Projeto gráfico e diagramação do miolo: Eduardo Magalhães Salles
Capa: Cláudio Lütkenhaus

CONSELHO EDITORIAL
Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Morais Hanriot.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N111 Na cidade: micropolíticas e modos de existência/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim; Robson Sávio Reis Souza, Claudemir Francisco Alves e. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, NESP, 2019.

280 p.: il.

ISBN – 978-85-8229-111-5

1. Cidades e vilas. 2. Sociologia urbana. 3. Planejamento urbano. 4. Espaços públicos. 5. Ecologia agrícola. I. Penzim, Adriana Maria Brandão. II. Souza, Robson Sávio Reis. III. Alves, Claudemir Francisco. IV. Título.

CDU: 711

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp.pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br

Caderno Nesp n 09.indb 4 01/11/2019 10:01:30

# Lista de siglas e abreviaturas

ACNUR..... Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CERNA ..... Centro Risoleta Neves de Atendimento (Belo Horizonte)
CEU ..... Centro de Artes e Esportes Unificados
CIDH..... Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CINDS..... Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CRAS ..... Centro de Referência de Assistência Social
EI..... Escritório de Integração (PUC Minas)
EMASP..... Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
Enem..... Exame Nacional do Ensino Médio
Fumec ..... Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura)
LGBT..... Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAO ..... Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte
MMOB..... Movimento de Mulheres Olga Benário
NEA ..... Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
ONG..... Organização não governamental
PAIF..... Proteção e Atendimento Integral à Família
PPP ..... Projeto político-pedagógico
RAPS ..... Rede de Atenção Psicossocial
RISP ..... Região Integrada de Segurança Pública
RMBH..... Região Metropolitana de Belo Horizonte
SJMR ..... Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
Seduc ..... Secretaria Municipal de Educação de Contagem (MG)
SMDHC..... Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo
SUAS ..... Sistema Único de Assistência Social
TJMG ..... Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG ..... Universidade Federal de Minas Gerais

# Sumário

APRESENTAÇÃO
*Adriana Maria Brandão Penzim*
*Claudemir Francisco Alves*
*Robson Sávio Reis Souza* ..... 11

PARTE I:
PROJETANDO OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

Saraus: sociabilidade, resistência e recriação dos espaços públicos
*Rachel de Castro Almeida*
*Adriana Maria Brandão Penzim* ..... 23

Comunicação social: um desafio democrático
*Ercio Sena* ..... 47

Apreciar, refletir e problematizar: a visitação ao Museu de Artes e Ofícios como oportunidade de indagação sobre as representações associadas ao trabalhador brasileiro
*Mara Marçal Sales*
*Carlos Eduardo Carrusca Vieira*
*João César de Freitas Fonseca* ..... 65

PARTE II
EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações coletivas na construção de uma cultura de solidariedade
*Bruno Márcio de Castro Reis* ..... 87

Redes tecidas pela Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: AMAU, RUA Metropolitana e desdobramentos possíveis
*Gabriel Mattos Ornelas*
*Cristiana Guimarães Alves*
*Daniela Adil Oliveira de Almeida*
*Marcelo Oliveira de Almeida* ..... 111

Planejamento urbano feminista: a casa de referência da mulher e o movimento de mulheres na cidade de Belo Horizonte
*Maria Walkíria de Faro Coelho Guedes Cabral*
*Ana Carolina Machado Amoni Girundi* ..... 131

Formando socializadores/multiplicadores em cidadania e direitos humanos no poder público: a experiência da Escola de Governo de São Paulo
*Pedro Aguerre*
*Isabel Cristina Rodrigues*
*Maurício Piragino (Xixo)* ..... 149

Justiça Restaurativa: convite a refletir e a agir para a construção de relações justas
*Monica Mumme* ..... 173

PARTE III:
EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes
*Marcia Mansur Saadallah*
*Manoela da Silva Costa Marra*
*Thaís Natiele Bessa de Miranda* ..... 193

Projeto Ler: uma experiência de leitura e escrita com refugiados e migrantes
*Sandra Cavalcante*
*Josiane Militão* ..... 213

O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas
*Alícia Duarte Penna*
*Denise Pirani*
*Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt*
*Hilda Cotegipe*
*Maria Elisa Baptista*
*Silvio Romero Fonseca Motta*
*Tiago Castelo Branco Lourenço*
*Viviane Zerlotini da Silva* ..... 231

Cuidar da criança em sofrimento: a contribuição da Psicologia Social para a humanização da escola
*Luiz Carlos Castello Branco Rena*
*Manoel Deusdedit Júnior* ..... 257

Sobre os autores ..... 275

Parte III

# EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

# Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes

Marcia Mansur Saadallah

Manoela da Silva Costa Marra

Thaís Natiele Bessa de Miranda

Este artigo tem o objetivo de relatar e refletir sobre a experiência do projeto de extensão "Articulando redes, fortalecendo comunidades" que completou, no final de 2018, sete anos de atuação em Belo Horizonte, e de seus desdobramentos a partir da vivência acumulada e sistematizada. Durante esse período o projeto atuou junto às comunidades Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas, na região do Barreiro; e nos bairros São Gabriel e Lajedo, região Norte de BH, participando, promovendo e fortalecendo as redes comunitárias desses bairros e comunidades. Visando a essa articulação, o projeto de extensão também se dedicava à realização de oficinas, capacitações e eventos, sempre com o objetivo de fortalecer os vínculos dessas redes locais e proporcionar espaços de troca e socialização, além de fomentar a participação social e a construção crítica e política das realidades locais dessas comunidades.

Acreditamos que uma característica marcante do nosso trabalho, ao longo desses anos de projeto de extensão, é um forte vínculo com a academia – que nos permite compreender e instrumentalizar nossa atuação – mas que não se resume ao saber teórico prévio, aquele que precede o encontro com a prática e a realidade da comunidade envolvida, mas sim parte da construção que surge desse encontro, indo para além dos muros da Universidade.

No decorrer desses sete anos de projeto, uma metodologia participativa de articulação em rede foi se estruturando e ganhando corpo a

partir das nossas atuações, estudos e experiências. Nesse período, tivemos muitas aprendizagens e fomos percebendo e identificando alguns desafios em comum nas realidades vivenciadas, como: distanciamento dos equipamentos públicos, entre eles o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) dos territórios e de sua população; ausência de diálogo entre as instituições dos territórios, inclusive entre a rede socioassistencial; a mobilização comunitária se apresentava como um desafio para os atores no território; população e corpo técnico muitas vezes desesperançosos, descrentes de novas possibilidades de atuação do poder público; visão focada nas ausências, problemas e carências... e fomos encontrando profissionais e uma população com poucos vínculos sociais, sentindo-se subalterna, com baixa autoestima, se vendo e sendo vista muitas vezes com inferioridade.

Todos esses desafios e percepções nos auxiliaram a criar uma metodologia que se apresentasse como estratégia de superação dessas questões, contribuindo assim para o desenvolvimento local e o fortalecimento das políticas públicas territoriais. Paralelamente a isso, o projeto de extensão começou a ser procurado por atores sociais e equipamentos de toda Belo Horizonte – como equipamentos do bairro União, o CRAS da Vila Senhor dos Passos e também pela Diretoria de Assistência Social da Regional Norte da Prefeitura de Belo Horizonte – com demandas que se relacionavam à gestão territorial, articulação e mobilização da rede local e desenvolvimento de oficinas, criando assim novos espaços de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários. Demandas que eram muito grandes para o projeto de extensão, mas não para os desejos da equipe.

A partir dessa realidade e de todo nosso aprendizado, percebemos que havia uma demanda de trabalho comunitário e participativo que poderíamos atender a partir do acúmulo de metodologias que sistematizamos. Começamos então a sonhar com a possibilidade de oferecer um trabalho que tivesse algo para contribuir nesses desafios e demandas. Decidimos então pela construção de um coletivo, formado por psicólogas, alunas do curso de psicologia da PUC Minas e extensionistas que passaram em algum momento pelo projeto, para atuar de modo autônomo e profissional, propondo ações que contribuíssem para o desenvolvimento das políticas públicas a partir de uma articulação

territorial e do fortalecimento de vínculos comunitários. Assim, surge em 2019 o "Coletivo Articulando Redes".

A seguir apresentaremos as concepções teórico-metodológicas que têm sustentado nossa prática. Utilizamos os referenciais da Psicologia Social Crítica, em especial da Psicologia Social latino-americana e da Psicologia Sócio-histórica, a partir dos pressupostos de Silvia Lane, Bader Sawaia e Martín-Baró. Os conceitos de afeto, vínculo, potência, processo grupal, são norteadores nas metodologias participativas desenvolvidas e as mudanças observadas contribuem na construção dos caminhos a serem seguidos.

## UMA PSICOLOGIA COMPROMETIDA COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A Psicologia Social se empenha no estudo das relações sociais, superando a dicotomia subjetividade e objetividade, entendendo o homem como um ser histórico-social. A vida em sociedade é anterior ao indivíduo. É preciso, então, o movimento crítico para que a prática caminhe para a emancipação e a transformação do humano nessa sociedade.

De acordo com Bock (2007) e nos estudos de Silvia Lane, a Psicologia Social tem um compromisso ético, de se debruçar sobre as implicações dos indivíduos com a sua própria realidade a partir das experiências vividas, buscando assim apresentar contribuições que transformem as condições de vida na busca da dignidade.

A autora Silvia Lane desenvolve no Brasil, nas décadas de 1970 a 1990, uma nova Psicologia Social vinculada ao compromisso e à transformação social. Lane acreditava que a prática e a teoria necessitam da militância, sendo assim socialmente engajadas.

> Em outras palavras, a Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade. [...] E a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive. (LANE, 2006, p. 10)

Lane apresenta as bases para a construção de uma Psicologia Social crítica no Brasil e inaugura um novo momento da história da Psicologia Social brasileira e latino-americana, que se contrapõe aos outros tipos de atuação da Psicologia, em que teorias/atuações geralmente importadas de outros contextos são aplicadas ao nosso, um país com condições de vida extremamente diferentes do contexto em que elas foram desenvolvidas. A autora defendia que o conhecimento produzido só tem sentido se for útil para a transformação da realidade e para a melhoria das condições de vida das pessoas. O conhecimento e a profissão deveriam estar a serviço da transformação. Suas ideias, juntamente com Martín-Baró, psicólogo social de El Salvador, Paulo Freire, Maritza Montero, dentre outros, contribuíram muito para os estudos e compreensões da nossa realidade enquanto país latino-americano, levando a uma mudança de paradigma na Psicologia. A perspectiva sócio-histórica na Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia da Libertação estão entre as teorias construídas a partir dessa nova perspectiva, a partir de um olhar crítico, que levaram à construção de um novo projeto de Psicologia. Essa perspectiva reconhece o caráter histórico dos fenômenos sociais e humanos e a pessoa como sujeito ativo e histórico (BOCK; FERREIRA, GONÇALVES; FURTADO, 2007).[1]

É, por isso, muito importante estarmos sempre atentas à nossa atuação, se ela vem para promover a autonomia ao sujeito, espaços de representatividade, de fala e escuta ou se adquire uma posição de conformidade, mantendo visões estereotipadas e não-críticas. Acreditamos que temos a responsabilidade de pensar e trazer uma nova epistemologia, que seja descolonizadora e que se aproxime daquilo que, enquanto brasileiros e brasileiras, nos define e caracteriza.

O ambiente é determinante para nós, seres humanos, assim como nós determinamos o ambiente. Afetamos e somos afetados! Somos seres sociais! A provocação que colocamos é o porquê de as ciências sociais não pensarem os processos de formação da subjetividade a partir da relação com esse ambiente. Por anos seguimos um modelo epistemológico que

[1] Para maiores informações, ver Lane e Codo (1984); Sawaia (2002); Ciampa (1977), entre outros.

desconsidera o contexto cultural e político, eliminando essa reflexão e até mesmo a exploração de conhecimentos nativos.

Entendemos que é nosso compromisso, enquanto psicólogas sociais, lidar com os problemas da nossa realidade, sem cair no "psicologismo", contribuindo para a transformação social.

> Trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 23)

Assim, apresentamos em seguida nossos pressupostos para a realização do trabalho que atualmente o Coletivo se propõe a executar na cidade de Belo Horizonte. É importante salientar que esse conjunto de pressupostos é resultado dos sete anos de atuação do projeto enquanto extensão e do que acreditamos que é necessário caracterizar nosso trabalho, baseado naquilo que imaginamos ser um dever da Psicologia: realizar transformações socialmente comprometidas e carregadas de afetos potencializadores.

## GRUPOS – AS PRÁTICAS COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS

Para a Psicologia Social, o trabalho com grupos sempre foi um instrumento potente, que proporciona um espaço rico de discussões, afetamentos e trocas, e gerador de múltiplas possibilidades a partir da criação de vínculos. De acordo com Lúcia Afonso (2003, p. 19), grupo é um conjunto de pessoas unidas entre si, porque se colocam objetivos e/ou ideais em comum e se reconhecem interligadas por esses objetivos e/ou ideais.

Ainda segundo a autora, nem todo grupo de pessoas é necessariamente um grupo. Para tal, é necessário viver um processo de se conhecerem e se integrarem até que se vejam em condição de agirem juntas, em torno de um objetivo comum. Todo esse processo grupal é um grande desafio, principalmente quando buscamos entender o mundo compreendendo o contexto sócio-histórico. A utilização da expressão "processo grupal", e não apenas grupo, é defendida por Silvia Lane. Para a autora, citada por Silva e Guedes (2015, p. 186),

> os grupos só poderão ser reconhecidos enquanto forem vistos como inseridos dentro da sociedade, levando-se em conta a sua história, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas, o que dá um caráter de movimento aos grupos, em contraponto a uma visão estática de grupos reconhecidos enquanto inseridos em uma sociedade.

Já na década de 1990, a partir da teoria sócio-histórica de Vigotski, Lane apresenta categorias fundamentais e inter-relacionadas do psiquismo humano: as emoções, a linguagem, o pensamento e os grupos sociais. Dessa forma, é importante ressaltar que, embora o enfoque seja dado aos grupos no desenvolvimento da consciência social, as demais categorias também são levadas em conta na análise do processo grupal. Nessa perspectiva, Lane aponta para o fato de que as emoções e os afetos também são mediações fundamentais para o desenvolvimento individual e social e para a prática da Psicologia Social Comunitária (LANE citada por SAWAIA, 2002).

Assim como Espinosa, Vigotski entende que a luta imposta pelos conflitos de interesse e pelo poder dominante não é individual e a emancipação do sujeito, através da potência de vida, precisa do outro para fortalecer, pois, segundo Sawaia, Albuquerque e Busarello (2018, p. 34), "é nessa união que o cidadão descobre que sua força para existir e agir politicamente aumenta". Espinosa e outros autores, seguindo essa linha, ressaltam a importância do comum nesse processo. O comum é o sentimento de que nossa potência de vida só é possível por meio do outro.

Viver em um contexto capitalista é estar constantemente comprando o discurso individualista, de competitividade e autossuficiência. Segundo Espinosa (*apud* SAWAIA; ALBUQUERQUE; BUSARELLO, 2018), a quebra do comum é o primeiro ato de toda tirania, rompendo assim o tecido comunitário e implantando uma desconfiança e uma incapacidade de gerir nossa própria vida e manejar os recursos comuns. Tudo isso contribui para que grande parte da população vivencie circunstâncias de extrema desigualdade e opressões que vão desde classe até gênero, raça, sexualidade e idade. O reflexo dessa desigualdade afeta o indivíduo e lhe causa uma diminuição na potência de agir – conceitos que vão ser mais tarde aqui explicitados. Logo, para que se potencializem ações transformadoras nesse contexto tão desigual, é preciso que a psicologia social realize:

> Um trabalho de tradução das ações coletivas e individuais em potência constituinte, que se inicia desbloqueando o sentimento que transforma cada indivíduo solitário em parte de um todo maior, realizado em qualquer que seja o espaço de atuação profissional do psicólogo social: políticas públicas, consultórios, comunidade, movimentos sociais, território, instituições. (SAWAIA, 2014, p. 11)

Assim como Sawaia, acreditamos que trabalhar com grupos e coletivos promove mudanças e desenvolve potências. Contribui também na politização de espaços públicos, estes tão importantes para a realização de discussões, reflexões e encontros que visam "à procura, em comum, de resistência às diferentes formas de exclusão e do poder a fim de participar de todos os assuntos relacionados aos negócios públicos." (SAWAIA; PURIN, 2001, p. 183).

É, então, por meio da formação de grupos – que se caracteriza por indivíduos que possuem objetivos e fatores em comum, mas que, também, possuem suas diferenças – que buscamos enfrentar as desigualdades e tornar mais forte e potente aquilo com que um indivíduo não precisa lidar sozinho, "partindo do pressuposto de que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando se agrupar." (LANE, 1984, p. 78).

Dessa maneira, a atuação coletiva possibilita a criação de espaços de convivência, de trocas de experiências e informações, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; a construção de leituras e releituras das situações vivenciadas e de alternativas para o enfrentamento de situações adversas. A atuação nos coletivos passa a ter um caráter comunitário-libertador, possibilitando a ampliação de vínculos familiares e comunitários a partir da cidadania e da atualização da potência de ação dos atores sociais.

Assim, a convivência torna-se um fator importante de segurança e proteção social a famílias, comunidade e sociedade em geral. Partimos do pressuposto de que uma comunidade articulada e fortalecida, com laços de solidariedade e convívio, terá famílias mais protegidas e seguras.

## O AFETO COMO PROPULSOR DA MUDANÇA

Retomamos o conceito do filósofo Baruc Espinosa, em seu livro Ética (2017), publicado pela primeira vez em 1677. O autor defende uma

ética dos afetos. Para compreender essa dimensão política do conceito, temos que romper com o paradigma separatista e dicotômico da mente e corpo, razão e emoção. O filósofo, desde seu tempo, já discordava dos que se apoiavam na ideia de que as emoções "contaminavam" a razão, como aquilo que deturpa os sentidos e nos tira a sensatez. Devemos então assumir o monismo de Espinosa que entende mente e corpo, razão e emoção, como parte de uma mesma substância, sem separação e hierarquia entre eles (SAWAIA; ALBUQUERQUE; BUSARELLO, 2018). Em sua obra, a razão não se separa da experiência afetiva, visto que uma não existe sem a outra. Como o próprio filósofo define em sua obra,

> Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão. (ESPINOSA, 2007, III, 3)

O corpo é uma entidade que é capaz de ser afetada, seja por outros corpos, pelo ambiente, por ideias e por encontros. Esses encontros podem resultar no aumento ou na diminuição da potência do nosso corpo, a que Espinosa (2017) deu o nome de *conatus*. O *conatus* é a força, um impulso, que nos leva a perseverar na existência.

Assim, nos debruçamos nos estudos de Sawaia, que cria uma categoria de análise da dialética exclusão-inclusão, que é o sofrimento ético-político. Um sofrimento resultante do sistema político-econômico em que estamos inseridos, que administra e mantém a desigualdade para se ter, assim, ordem social: "o sofrimento ético-político é gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam de acordo com as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe" (SAWAIA, 2003, p. 56).

Assim, sofrimento ético-político é a denominação de Sawaia àquele sentimento provocado pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa, ou seja, quando as diferenças são vividas como desigualdades. Esse sofrimento é tão forte que se materializa em uma diminuição da potência, do *conatus* do indivíduo, tornando-o estigmatizado na sociedade e privando-o de afetos que impulsionam

transformações. Para os excluídos e minorias em geral, a capacidade de expandir é bloqueada por esse sofrimento cabendo a eles serem meramente sujeitos de necessidades biológicas sem vontades, sonhos, sentimentos e dignidade. Os afetos produzidos pelas situações de desigualdade social, gerados nos encontros despotencializadores (afetos tristes, segundo Espinosa), são caracterizados por servidão, injustiça, violência: ódio, humilhação, medo. Para a emancipação é necessário movimento da heteronomia para autonomia fortalecendo emoções alegres: conhecimento, potência, criatividade, imaginação (BRASIL, 2013). Logo, o sofrimento ético-político nos aponta para as necessidades afetivas e emocionais dessas pessoas.

Visto o que foi exposto, utilizamos o afeto como uma estratégia do nosso trabalho, visando superar o sofrimento ético-político através de uniões que sejam alimentadoras, que aumentem a potência para a transformação a cada encontro que se realiza com o outro, orientados a partir de uma ideia política do comum. Gerar esses encontros alimentadores em vista de trazer o sentimento de indignação para superação do problema "pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades, tendo em vista a superação do sofrimento ético-político." (SAWAIA, 2003, p. 58).

> Dessa forma, sempre que as precariedades do lugar e da situação vivida afetar pessoas, famílias ou grupos sociais produzindo sofrimento ético político, caberá uma ação da política no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada num campo de responsabilidade pública e coletiva, porque estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição. (BRASIL, 2013, p. 12)

Nosso trabalho, então, é realizar espaços de bons encontros, que alimentem as pessoas para agir coletivamente e realizar transformações, que aumenta nossa potência para viver e perseverar ainda com tanta opressão. Ignorar os afetos é ignorar nossos sentidos, aquilo que é mais intrínseco e que nos guia para a coletividade.

## O TERRITÓRIO COMO LUGAR DE AFETO E PERTENCIMENTO

Por território podemos entender um espaço físico, geográfico ou virtual ocupado por indivíduos, grupos, famílias, organizações e equipamentos. Esse termo é usado em áreas como biologia, política e psicologia para estudar as relações entre espaço e poder que ocorrem nesses meios. Território pode ser um espaço habitado por animais ou humanos, sendo que este último apresenta versões políticas, culturais, econômicas, regionais, entre outras. Dirce Koga (2003) se refere a ele como território vivido. Milton Santos já utiliza o termo território como sendo o "chão" em que as identidades são construídas. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007). Dessa forma, o território se torna um conceito útil para a nossa análise social, quando entendemos as relações que se dão nele, isto é, a partir de seu uso, apropriação ou desapropriação, e isso só se torna possível de compreender a partir da realidade vivida nele.

Logo, acreditamos que trabalhar com o território é trabalhar história, pertencimento, estima, estigmas, processos, identidade e mais tudo aquilo que perpassa o indivíduo e suas relações.

> O território é um espaço social histórico e em construção, algo em movimento e dinâmico; uma noção jurídico-política; tem relação com a noção de pertencimento; é a marca que diferencia o serviço comunitário; seu entendimento influencia a prática nos serviços de saúde mental; é meio de exclusão/inclusão social; mantém essencial associação com os processos de subjetivação. (SANTOS, 2001, p. 323)

A dinâmica territorial nos ajuda a ampliar o foco e a entender que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas. Isso se reflete na interação com suas redes. Ao trazer a perspectiva do território, é possível observar como as relações se dão e como se expressam nele. A dimensão comunitária do território deve contextualizar a família, com seus modos de vida, costumes, tradições, histórias e memórias, afetos e vínculos, e voltar-se para os processos interacionais que perfazem os modos de vida comunitários. Nessa

direção, é importante também o reconhecimento da capacidade do indivíduo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas.

Pensar sobre o território na realização do nosso trabalho é pensar o que Harvey (2012) denominou como "direito à cidade". Para o autor, inspirado em Lefebvre, discutir sobre o tipo de cidade que queremos também diz sobre discutir estilos de vida, valores estéticos, laços sociais e relações que desejamos; é mudar a nós mesmos para que a mudança ocorra na cidade.

Além disso, o conceito de território tem um papel fundamental nas políticas públicas visto que este é usado como princípio organizativo, tanto na assistência quanto na saúde. Para melhor abrangência, administração e estudo, as políticas públicas ficam encarregadas de gerir esse contexto em que o indivíduo está inserido e se manifesta – percebendo que esse meio também se manifesta no indivíduo de forma subjetiva.

> A territorialização é um conceito norteador do CRAS, não só por permitir a oferta de serviços em locais próximos aos usuários, mas porque a atual Política Nacional de Assistência Social adota um paradigma no qual o território é elemento determinante para se compreender as situações de vulnerabilidade e risco social das famílias. (CRP, 2011, p. 59)

Os territórios em que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) estão inseridos são aqueles em que há uma grande vulnerabilidade, que muitas vezes se traduz na falta de acesso aos direitos sociais. No entanto, ao nos inserirmos nesses lugares, ao ampliar nosso conceito de território, entendemos vulnerabilidade também, de acordo com Bronzo (2009, p. 173):

> Vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco). As políticas e os programas inserem-se nesse campo como elementos que podem fortalecer a capacidade de resposta das famílias e de seus membros e reduzir-lhes a vulnerabilidade.

Percebemos que os serviços públicos podem focar muito naquilo que o território não possui, nas mais diversas demandas e necessidades que são encontradas. Dizer aquilo de que se precisa é muito importante para ter acesso e garantir os direitos àqueles que mais necessitam; porém, dizer aquilo que o território já possui é tão importante quanto. Queremos fazer aqui um convite para a mudança do olhar e focar na valorização e no fortalecimento do que já faz parte do território, aumentando assim a capacidade de responder às vulnerabilidades, de forma que as relações já existentes se tornem fatores de proteção. Lembrar que, além de problemas e desafios, encontramos nesses territórios inúmeras potencialidades e possibilidades de criação de vínculos afetivos entre as pessoas e com o próprio lugar e, com isso estabelecido, não se tem limites para as transformações.

A partir desses pressupostos, acreditamos que, para se pensar em qualquer tipo de intervenção comunitária, é preciso, antes de mais nada, conhecer. A metodologia que utilizamos ao chegar na comunidade é o conhecimento da realidade do território local. Assim, utilizamos – como estratégia de aproximação, conhecimento e reconhecimento do território – a realização de um diagnóstico da comunidade para que possamos entender como se organizam; quem são os moradores e usuários; quais são suas crenças, costumes e seu modo de vida. Esse é um conhecimento mais sistematizado. Procuramos avaliar como as relações se dão e como se expressam nele. A partir desse diagnóstico, a atuação da rede deve então olhar para o mapeamento dos indicadores de vulnerabilidades e de suas causas geradoras, bem como das potencialidades, movimentos e especificidades do território com vistas à promoção das famílias ali localizadas e a prevenção de situações de risco social e pessoal.

Além desse conhecimento mais sistematizado, há outra aproximação importante: o estabelecimento de vínculo afetivo entre comunidade, profissionais, equipamentos e serviços. Sawaia (2001) nos lembra o quanto o afeto dá vida às relações, aproxima, anima, motiva. A questão do afeto se articula também a um outro fator importante no trabalho comunitário: o pertencimento. Nele, o vínculo afetivo entre moradores, profissionais, equipamentos e serviços precisa ser estabelecido, assim como, a localização histórica e afetiva do morador com seu bairro. O

vínculo funciona para dar vida às relações, aproximando e motivando a coletividade, a participação e a mobilização. Essa identificação que a pessoa precisa ter ou criar com o lugar em que mora faz com que seja possível contextualizar a família em seu território, seus modos de vida, costumes, tradições, histórias e memórias.

## PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

A participação enquanto processo emancipatório tem sido um referencial importante no nosso trabalho. Acreditamos que a participação passa a ser um fator de redução de vulnerabilidade social à medida que possibilita ao sujeito uma outra relação com a política, com a conquista de direitos; que leva à transformação das relações de poder, que muitas vezes são segregatórias e opressivas. (SAADALLAH, 2014). Acreditamos que a participação possibilita ações promotoras de cidadania, permitindo que os membros da comunidade se expressem de forma mais crítica e se sintam menos vulneráveis diante do mundo ao qual pertencem.

A participação pode acontecer em instâncias de controle social, como conselhos municipais, locais e regionais de assistência social e áreas afins, e em espaços de militância política mais amplos como associações, movimentos populares, partidos políticos entre outros (VASCONCELOS, 2011). Góis (2005) sugere que essa participação seja ampliada nos espaços públicos existentes no território através da organização de momentos de socialização entre os moradores, a elaboração de um projeto de desenvolvimento comunitário, a formação de grupos, a constituição de redes de apoio entre os moradores e a realização de trocas de experiências. Ainda segundo a autora, a atividade comunitária realiza-se "por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade" (GÓIS, 2005, p. 89). O importante é que a participação aconteça como um processo permanente, e não como ações pontuais e obrigatórias nos serviços e equipamentos públicos. De forma permanente e cotidiana, a participação pode favorecer a construção de autonomia e o exercício de conquista

de novos direitos. Ela se realiza pela capacidade de organização, mobilização, intervenção na dinâmica social e pela presença proativa no espaço público, no qual as famílias precisam ser protagonistas.

Os estudos de Sawaia, Albuquerque e Busarello (2018, p. 32-33) distinguem sete proposições que resumem as reflexões de Vigotski – o qual se baseia em Espinosa – sobre a compreensão do sujeito, dos afetos, da ética e da política:

> I) O sujeito como agente da transformação social, não por causa da razão, mas da sua capacidade de afetar e ser afetado e de imaginar e criar;
> II) A união indissociável entre pensar, sentir e agir: para ele, pensamos e agimos não contra os afetos [...]. Assim, ele traduz em linguagem psicológica um dos pressupostos de Espinosa, a junção indissociável entre corpo e mente;
> III) A positividade dos afetos. Eles não são apenas deformadores da verdade, mas constitutivos dela. Vigotski, como fez Espinosa na filosofia, tira a imaginação e a emoção do paradigma do erro para o da ética e da revolução. O afeto é a base da subjetividade, o subtexto de nossas ações e pensamentos [...].
> IV) O afeto sai da zona psíquica para o da experiência. Como afirma Vigotski (1935/1998) a experiência é sempre permeada por emoções, é sempre uma experiência emocional. São as emoções que nos indicam a qualidade das afetações recebidas nos encontros, bem como motivam nossas ações. Elas nos movem, dão o colorido e a intensidade da vida. [...].
> V) Afetação é ato criativo e não mero reflexo do real. Ela se dá por meio de imagens dos objetos que nos afetam [...]. Isto significa que a imaginação depende da experiência; assim como a experiência é mediada pela imaginação; e que ambas se apoiam na emoção [...]. O que aponta para o fato de que tanto mais a experiência daquele que imagina for enriquecida, impregnada de significados e de sentidos, mais haverá material para combinações e reelaborações;
> VI) A dimensão ético-política dos afetos. Sendo fruto da experiência, o que significa ter a gênese no contexto sócio-histórico, ele é o radar da nossa condição cidadã, isto é, da forma como somos tratados pela sociedade. É ele que traduz as forças sociais em ideias e ações singulares, ao mesmo tempo em que é mediador da experiência, o prisma pelo qual o exterior se transforma em subjetividade [...].
> VII) A associação entre emoção e imaginação é a base da concepção de liberdade em Vigotski [...]. Portanto, os homens só podem atingir um grau de liberdade se forem criativos.

Levamos isso em consideração ao pensar nos encontros, na participação social e em como somos afetadas por ela. Pensar os tipos de afetos nesses encontros virou uma questão norteadora da metodologia desenvolvida, vista a afetação enquanto ato criativo e que possibilita trabalhar a emoção e a imaginação, que são a base da concepção de liberdade em Vigotski.

## A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO NA GESTÃO TERRITORIAL

Depois de apresentados e discutidos nossos pressupostos e concepções de trabalho, passaremos a apresentar uma experiência do Coletivo Articulando Redes com alguns territórios em que os CRAS estão inseridos, especialmente na gestão territorial destes.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2005, o SUAS é materializado em um sistema unificado de financiamento público, com um modelo de gestão próprio, voltado para populações em situações de vulnerabilidade. A ideia é que o SUAS efetive a política da assistência social promulgada pela Constituição de 1988, que reconhece que, por vivermos em um sistema político capitalista, a desigualdade social é consequência e, por isso, é necessário garantir a assistência como uma política de direito e proteção social não-contributiva, de forma que alargue o acesso aos direitos sociais para aqueles que se encontram em situações de maior necessidade. Assim, desse sistema, surge o CRAS.

O Centro de Referência da Assistência Social oferece um trabalho de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento. Localizados em territórios fragilizados, os CRAS oferecem um trabalho com as famílias e a comunidade, promovendo inclusão social, acesso aos direitos, articulação da rede e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Por meio de projetos socioassistenciais, programas e serviços, o CRAS trabalha com profissionais da Psicologia e do Serviço Social, na prevenção e proteção de famílias em situação de vulnerabilidades, e com a gestão do território, articulando as redes.

Dentre os programas ofertados pelos CRAS encontramos o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) que é o principal da proteção social básica e consiste

> no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009, p. 6)

Logo, é um serviço que respeita a identidade e a singularidade de cada família e dos seus membros, trabalhando de forma articulada, combatendo as mais diversas violências e preconceitos e promovendo um maior reconhecimento das potencialidades das famílias e, assim, também da comunidade. É por essa ótica empregada por esse serviço que o Coletivo Articulado Redes insere sua participação nos CRAS de Belo Horizonte. Com a proposta de fortalecer os grupos, de promover afetos alimentadores, a garantia da proteção social, a articulação de redes e o convívio comunitário, o Coletivo promove ações coletivas e transformadoras nos mais diversos territórios da capital.

Atualmente estamos realizando o trabalho nos CRAS Vila Senhor dos Passos, Novo Aarão Reis, Providência e Zilah Spósito. A experiência em cada um desses CRAS se mostra diferente já na nossa inserção, visto que cada território apresenta suas especificidades e singularidades. No entanto, o propósito do nosso trabalho continua o mesmo, indo ao encontro da filosofia do PAIF.

Propomo-nos a executar o total de oito encontros (em alguns territórios aumentamos para dez), nos quais realizamos oficinas e técnicas para que o grupo passe a se entender enquanto grupo. Anterior a esses encontros, realizamos um mapeamento do território com os técnicos e a diretoria do CRAS para entender mais sobre as demandas; as especificidades do local; como se dá a inserção e a atuação do CRAS; quais são as principais lideranças e atores sociais. Então realizamos nosso processo de mobilização, pelo qual nos inserimos dentro do território e

convidamos aqueles que são fundamentais para a realização do trabalho que fomos encaminhados a fazer. Isso inclui moradores, lideranças, ONG's, equipamentos públicos e privados que estejam inseridos na comunidade. Nessas oito oficinas seguimos o processo:

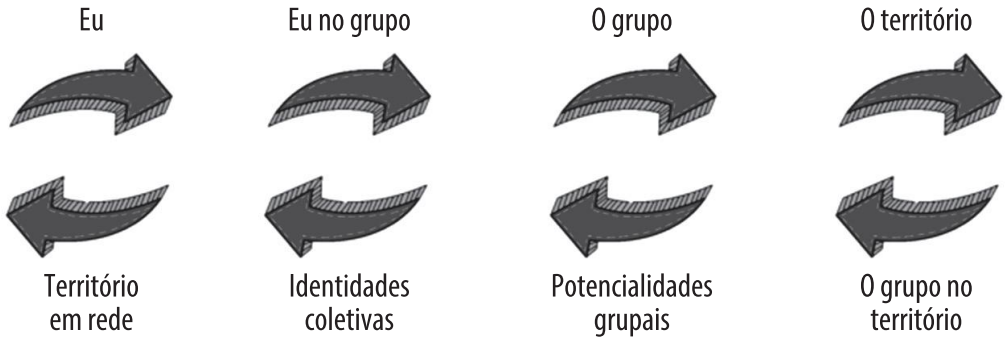


FIGURA 1. ?????????? ??????????? ???????? ?????????????.
Fonte: ?????????? ??????????? ??????????.

Passando por todas essas categorias ou esferas, temos como objetivo a formação de um grupo, que reconheça as identidades e histórias de cada um; que construa uma identidade coletiva e, a partir dela, crie ações comuns. Levam-se em consideração também suas divergências e trabalha-se com elas, criando um espaço de tomada de decisões coletivas, escolhas e buscando sobretudo aquilo que é comum a todas e todos e com o próprio território.

Nossa proposta é que esse grupo saia com alguma ação coletiva e transformadora que eles considerem relevante e importante, seja para realizar atividades na comunidade, seja para mobilizar grupos como a juventude, seja para tornar aquele grupo uma associação que discuta assuntos da comunidade... Enfim, aquilo que o grupo, juntamente, decidir que é o melhor produto de todo o processo, nós nos habilitamos a juntos transformar.

Utilizando-se de técnicas e ferramentais grupais, exploramos atividades que promovam o reconhecimento das histórias individuais a partir da construção de uma linha do tempo do território e das pessoas nele, além do uso de mapas criados coletivamente para mapear os afetos e relações que se dão nesses locais. A própria articulação territorial convida todos os atores sociais – que de alguma forma, estão inseridos

naquele contexto, seja por suas residências ou pela atuação enquanto política pública local – a conversarem e agirem juntos naquele território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceitos e concepções apresentados, tentamos traçar um percurso teórico-metodológico que considere os processos participativos que contribuam com a construção de autonomia. Diante de um contexto carregado de opressões e violações de direitos como o que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos, e que tem se agravado no que diz respeito às garantias dos direitos humanos e sociais, acreditamos que precisamos pensar e propor saídas coletivas. Essas precisam levar em conta a crença na capacidade do sujeito e das comunidades para construir saberes e percursos inovadores, que passem pela reflexão crítica sobre suas histórias, seu pertencimento, seus afetos e vínculos, e pela capacidade de fortalecimento de potências criadoras.

O próprio Coletivo nasce tentando ser esse lugar de encontro, convívio e fortalecimento de vínculos. A partir de encontros alimentadores, tentamos criar, coletivamente, estratégias e tecnologias sociais criativas, que aumentem as potências das pessoas. Assim como nos lembra Vigotski, quando somos criativos é que nos aproximamos da liberdade, e talvez seja isso que precisamos para sobreviver neste mundo cada vez mais adoecedor, em que predominam paixões tristes.

Outro ponto que favoreceu nossa atuação, foi a oportunidade de entrada no mercado de trabalho por vias autônomas. Sabemos que não existem empregos para todas as psicólogas que se formam, o que significa que, em vez de esperar as oportunidades de emprego aparecerem, podemos observar as demandas e tentar trabalhar nelas, de forma criativa e alimentadora, fazendo do trabalho um local de produção, prazer e encontros potentes. Buscamos então trabalhar tentando contribuir em face dos desafios que tínhamos observado, enquanto extensão e coletivo, visando ao fortalecimento das políticas públicas e das populações dos territórios em que atuamos.

Por fim, lembramos também da importância do próprio cuidado com os membros do coletivo. O nosso grupo é composto por pessoas

compromissadas com a transformação social, com um posicionamento ético-político e que destaca a importância da militância, da resistência e da luta política no dia a dia da sociedade. Reconhecemos e fomentamos a importância de nos situarmos criticamente diante do atual contexto em que estamos inseridas, denunciando violações, defendendo direitos humanos e propondo alternativas coletivas às precarizações das políticas públicas. Tornar os encontros do grupo momentos de potência e de afetos alegres é também uma preocupação nossa, já que acreditamos no poder dos grupos que podem promover afetos alimentadores, com nós mesmas, umas com as outras e com o mundo, sabendo que somos afetadas por esses encontros que acontecem em todos os momentos. O que significa que tentamos trabalhar com o nosso grupo tudo aquilo que trabalhamos com outros grupos, tornamo-nos coerentes fazendo aquilo em que acreditamos, que sonhamos e trabalhamos, produzindo paixões alegres nos bons encontros da vida.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Grupos como são e como se organizam. In: AFONSO, Maria Lúcia Miranda (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FERREIRA, Marcos Ribeiro; GONCALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia Social**, v. 19, n. esp. 2, p. 46-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009. p. 171-204.

CIAMPA, Antônio. C. **A identidade social e suas relações com a ideologia**. 1977. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP). **A psicologia e o trabalho no CRAS**. Belo Horizonte: CRP 04, 2011.

ESPINOSA, Baruch. Ética. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária – atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidade**; entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LANE, Silvia T. Maurer. A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia". In: LANE, Silvia T. Maurer; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 1984. p. 10-19.

LANE, Silvia T. Maurer; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense. 1984.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng= en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAADALLAH, Marcia Mansur. Reflexões sobre concepções e saberes psis no SUAS. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; MORREIRA, Maria Ignez Costa (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS**: a articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Curitiba: CRV, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social**.** São Paulo: Vozes, 2001. p. 97-118.

SAWAIA, Bader Burihan. **Sílvia Lane**. Rio de Janeiro: Imago. 2002. (Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, 8).

SAWAIA, Bader Burihan. Fome de felicidade e liberdade. In: CENPEC. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: Cenpec, Fundação Itaú Social, Unicef, 2003. p. 53-63.

SAWAIA, Bader Burihan. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. esp. 2, p. 4-17, 2014.

SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia R. (Org.). **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

SAWAIA, Bader Burihan; PURIN, Glaucia T. Em busca de uma concepção psicossocial de território na convergência entre política, comunidade e afeto. In: SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia R. (Org.). **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p. 183-200.

SILVA, Renato Jesus da; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psicologia Revista**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-197, 2015.

VASCONCELOS, Eduardo. Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas. In: **Cadernos de Assistência Social**. v. 1: contribuições para a proteção básica e proteção especial. Resende: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, 2011.